

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Segurança Alimentar e Nutricional
Período de Análise: novembro de 2009.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rura

Índice

CONSEA DISCUTE IMPACTOS DO AQUECIMENTO GLOBAL NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS – Sítio Eletrônico da Contag – 05/11/2009	3
Contag debate segurança alimentar em Roma – sítio eletrônico da CONTAG – 12/11/2009	3
As disputas em torno do futuro dos alimentos - Claudia Parsons, Russell Blinch e Svetlana Kovalyova – Valor Econômico – Agronegócios - 13/11/2009.....	4
Brasil e França unem esforços para o combate à fome mundial – Sítio Eletrônico do MDA - 16/11/2009	9
Agricultura e alimentação - Guilherme Cassel e Bruno le Maire – Folha de São Paulo – Tendências e debates – 18/11/2009	10

CONSEA DISCUTE IMPACTOS DO AQUECIMENTO GLOBAL NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS – Sítio Eletrônico da Contag – 05/11/2009

Os impactos das mudanças climáticas no direito humano à alimentação, soberania e segurança alimentar e nutricional é o tema de documento aprovado, na última terça-feira (3), pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) – do qual a Contag participa –, que será encaminhado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O documento traz propostas para implementação de políticas públicas que atenuem o impacto das mudanças climáticas no Brasil, além de considerações sobre o papel a ser assumido pelo Brasil na 15ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (COP 15), que acontecerá em Copenhague, em dezembro.

Entre as propostas, está a destinação de recursos para a reforma agrária, o fortalecimento da agricultura familiar e dos sistemas de produção agroecológicos e a regulação da expansão das monoculturas – principalmente aquelas voltadas para o agrocombustível e a agroenergia.

Em relação à COP 15, o documento sugere que o Brasil assuma um papel de liderança e defesa de uma agenda que promova o direito humano à alimentação adequada e à segurança alimentar e nutricional das populações em situação de pobreza, mais vulneráveis à variabilidade climática.

Fonte: Iara Balduino, Agência Contag de Notícias

Contag debate segurança alimentar em Roma – sítio eletrônico da CONTAG – 12/11/2009

12/11/2009

O presidente da Contag, Alberto Broch, e a vice-presidente, Alessandra Lunas, participam, entre 16 e 18 de novembro, da Cúpula Mundial das Nações Unidas sobre Segurança Alimentar, em Roma, Itália. Eles fazem parte da delegação brasileira, que será chefiada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e contará também com a presença de ministros de Estado.

Durante o encontro, que reunirá chefes de Estado de diversos países, pretende-se construir um acordo para a implementação de políticas públicas que garantam o direito à alimentação das populações. A meta é acabar com a fome no mundo até 2025. Nos três dias serão debatidos temas como: os impactos da crise econômica para a segurança alimentar, reformas governamentais mundiais, mudanças climáticas, desenvolvimento rural e comércio internacional.

Alberto Broch considera que a cúpula é importante para mostrar a experiência brasileira e destacar a importância do protagonismo de agricultores e agricultoras familiares no

contexto das políticas de segurança e soberania alimentar do País. No entanto, o dirigente manifesta preocupação com as notícias publicadas na mídia sobre as intenções do governo federal de suprimir o conceito da agricultura familiar da legislação ambiental, justamente às vésperas da reunião de Roma. “Não podemos aceitar esse retrocesso, pois isso pode enfraquecer o modelo de produção agropecuário baseado nas unidades familiares e comprometer a produção de alimentos no Brasil”, adverte.

De acordo com a vice-presidente e secretária de Relações Internacionais da Contag, Alessandra Lunas, a agricultura familiar também será tema de discussão, já que uma das pautas mais importantes é o investimento na produção de alimentos. “Se queremos matar a fome no mundo é preciso produzir alimentos; e para produzir alimentos é preciso políticas públicas que fortaleçam quem é capaz de produzi-los”, diz.

Em 1996, quando se calculava que esse número fosse de 830 mil pessoas, os governos se comprometeram, durante a Cúpula Mundial da Alimentação, a reduzir esse número pela metade até 2015. A situação, porém, tem se agravado a cada ano. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), existem no mundo, hoje, mais de um bilhão de pessoas em situação de fome.

Fórum

paralelo

Ainda em Roma, haverá, entre 13 e 17 de novembro, o Fórum pela Segurança Alimentar dos Povos, atividade alternativa à cúpula, que terá a presença de organizações da sociedade civil de 70 países. No encontro, serão discutidos a relação entre população urbana e rural, acesso aos recursos naturais e à terra e direitos iguais de acesso à terra por homens e mulheres. O fórum será também um espaço para se conhecer a situação de fome nos países e as políticas que pretendem acabar com a insegurança alimentar.

Iara Balduino, Agência Contag de Notícias

Fonte: Iara Balduino, Agência Contag de Notícias

As disputas em torno do futuro dos alimentos - Claudia Parsons, Russell Blinch e Svetlana Kovalyova – Valor Econômico – Agronegócios - 13/11/2009

À primeira vista, a fazenda de Giuseppe Oglio, perto de Milão, parece negligenciada. Ervas daninhas proliferam em meio aos campos de arroz e trevos crescem incontrolados em sua colheita de painço. Terceira geração na agricultura, Oglio foge das técnicas modernas de cultivo - produtos químicos, fertilizantes, maquinaria pesada - em favor de uma abordagem puramente natural. Não é apenas ecológico, diz ele, mas rentável. E ele acredita que seu sistema pode ser replicado em regiões do mundo onde há fome.

Há quase 8 mil quilômetros dali, em laboratórios em Saint Louis, Missouri, centenas de cientistas da maior empresa mundial de sementes, a Monsanto, também querem alimentar o mundo, mas as ferramentas escolhidas são raios laser e placas de Petri. A empresa, líder em biotecnologia agrícola, gasta cerca de US\$ 2 milhões por dia em pesquisas com o objetivo de aperfeiçoar a Mãe Natureza e posiciona-se como um dos principais nomes na luta contra a fome.

O agricultor italiano e a multinacional americana representam os dois extremos de um debate cada vez mais ácido sobre o futuro dos alimentos. Todos querem acabar com a fome. Como fazê-lo é a questão desagregadora, que confronta ambientalistas com grandes empresas e consumidores; e países ricos contra os pobres.

A luta sobre os alimentos ocorre em um momento no qual especialistas dos dois lados concordam em uma coisa: o número de barrigas vazias no mundo aumentará, a menos que aconteça alguma grande intervenção agora. A combinação de crise alimentar e desaceleração econômica mundial catapultou o número de pessoas que passam fome no mundo para mais de 1 bilhão. A Organização das Nações Unidas (ONU) sustenta que a produção mundial de alimentos precisa crescer 70% nos próximos 40 anos para alimentar uma projeção de 2,3 bilhões de pessoas a mais no mundo em 2050.

Na próxima semana, líderes globais participarão do Encontro Mundial sobre Segurança Alimentar, da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, em inglês), em Roma, onde ouvirão argumentos concorrentes sobre as melhores formas para combater o problema. Uma das disputas mais acirradas será a importância relativa da ciência em comparação às reformas sociais e econômicas, para possibilitar que pequenos agricultores plantem mais com a tecnologia atual.

Grande parte da Europa passou de um sistema agrícola de pequenas propriedades para a agricultura comercial de grande escala, mas a Itália ainda continua como base para agricultores familiares, que produzem de tudo, desde azeitonas até queijo mussarela. O carismático Oglío, de 40 anos, é um deles. Abandonou a escola de agricultura após se decepcionar com os métodos ensinados. Hoje, deixa a natureza fazer seu trabalho, enquanto planta cereais e legumes em sua pequena fazenda em Belcreda di Gambolo, a 30 quilômetros de Milão. Ele não usa produtos químicos nem pesticidas ou fertilizantes naturais. Não arranca as ervas daninhas de seus campos.

"Tudo que se precisa fazer é observar a natureza, ouvi-la, fazer o que a natureza sugere e ela tomará conta de tudo", afirmou. Seus campos, em planícies baixas com um longo histórico de cultivo de arroz, usado para risotos, replicam os padrões encontrados na natureza.

Os trevos e o painço crescem juntos, por exemplo, alimentando um ao outro com os minerais necessários. Oglío disse que sua fazenda é sustentável ecologicamente. Ele reduziu custos operacionais ao eliminar produtos caros, como herbicidas, e ao usar maquinário apenas para o mínimo necessário. Fazendas como essa, baratas e com cultivo de baixa manutenção, poderiam ser adotadas na África e em outras regiões atingidas pela fome e miséria, disse. "A agricultura natural não salvará o mundo, mas pode alimentar famílias pobres".

É improvável, no entanto, que possa fazê-lo na escala que a maioria dos especialistas considera necessária. E é aí que está o atrito. Os consumidores mais abastados podem preferir os Oglíos às Monsantos, mas sua rejeição à agricultura de alta tecnologia dificulta lidar com a crescente crise alimentar.

A última ocasião em que o mundo deparou-se com previsões tão sombrias de fome foi antes da Revolução Verde, dos anos 60 e 70, quando países como Índia e China transformaram seus sistemas agrícolas e se tornaram autossuficientes em

alimentos. Conseguiram o feito ao explorar tecnologias de melhoramento genético para elevar o rendimento das lavouras de arroz, trigo e outros itens básicos.

Por meio de investimentos maciços em arroz híbrido, a China elevou o rendimento de duas toneladas por hectare, nos anos 60, para mais de dez toneladas por hectare, em 2004. Os cientistas chineses buscam mais ganhos - 13,5 toneladas por hectare até 2015, segundo o Instituto Internacional de Pesquisa de Políticas Alimentares (IFPRI, em inglês), que aponta esse projeto do arroz como uma das histórias genuínas de êxito no desenvolvimento agrícola, em estudo chamado "Millions Fed" (milhões alimentados, em inglês).

Certamente, a Revolução Verde teve suas desvantagens - danos ambientais, para citar uma. Na Índia, o nível dos lençóis freáticos está baixando e o solo se degradou pelo uso de pesticidas e fertilizantes. O movimento contribuiu para a ascensão das grandes fazendas comerciais à custa dos pequenos proprietários, suscitando ressentimentos que os críticos chamam de "corporatização" dos alimentos. Milhões de pessoas, porém, foram salvas da fome e o arquiteto do movimento, Norman Borlaug, recebeu o Nobel da Paz, em 1970.

Com suas populações em crescimento, Índia e China - para não mencionar a maioria da África - ainda se deparam com desafios, sobretudo com a mudança climática exacerbando os problemas ambientais que já desaceleram a expansão da produção. O IFPRI, parte de uma rede mundial de centros de pesquisa sobre agricultura, informou em outubro que a queda nos rendimentos decorrente das mudanças climáticas reduzirá em 7% a "disponibilidade de calorias" para o consumidor médio dos países em desenvolvimento até 2050, frente aos números de 2000.

O aumento de temperatura reduz o rendimento das colheitas e encoraja pestes e doenças de plantas. O sul da Ásia sofrerá as maiores quedas de rendimento, em quase todas as culturas. Segundo o IFPRI, a produção de arroz na região será 14% mais baixa do que se não houvesse mudanças climáticas. "A Índia precisa urgentemente de outra Revolução Verde", disse Kushagra Nayan Bajaj, codiretor-gerente da Bajaj Hindusthan BJOH.BO, maior produtora de açúcar da Índia, que importa açúcar mascavo depois de sua colheita local de cana-de-açúcar ter sido afetada pela seca.

Uma segunda Revolução Verde, contudo, enfrentaria uma forte contrarrevolução, mesmo em um país como Índia, que tanto se beneficiou da primeira. "A questão é que os produtos químicos destroem a produtividade no longo prazo (...) Sim, uma segunda Revolução Verde é de fato muito essencial, a necessidade do momento. Mas não deve ser do mesmo tipo de revolução verde que a primeira foi", disse P.C. Kesavan, pesquisador da M.S. Swaminathan Research Foundation, criada pelo pai da Revolução Verde indiana.

Economistas e cientistas na Índia exigem uma série de iniciativas políticas, incluindo a permissão para uso de engenharia genética, que seus defensores argumentam fazer o mesmo trabalho que a hibridização tradicional das plantas, mas de forma mais rápida e eficiente. Até agora, a Índia permitiu apenas sementes geneticamente modificadas para o algodão, o que elevou a produtividade, mas as sugestões de que a permissão fosse ampliada para colheitas comestíveis sempre gerou fortes protestos.

A história é similar no México, onde Borlaug iniciou suas pesquisas pioneiras nos anos 40 no Programa Cooperativo de Produção e Pesquisa de Trigo. O México aprovou em outubro, pela primeira vez, permissões para que os agricultores plantem milho transgênico. Considerado por muitos o berço do milho, o México alberga mais de 10 mil variedades, usadas para fazer a tradicional tortilla, prato básico na dieta mexicana.

O milho é plantado no México há pelo menos 9 mil anos e o grão foi adaptado pelos conquistadores espanhóis no início da década de 1500, com o que acabou se espalhando para o resto do mundo. O México enfrenta os mesmos dilemas de muitos países em desenvolvimento sobre o milho transgênico - equilibrar as preocupações dos consumidores com a necessidade de cultivar mais alimentos.

"Vemos o milho como nossa herança cultural, nosso legado. Para nós não é apenas uma questão de alimentos, mas de conservar nossas tradições", disse Celerino Tlacotempa, que trabalha para uma organização de agricultores da comunidade indígena Nahuatl, nas montanhas no sul do Estado de Guerrero. "Com as sementes modificadas geneticamente, perderíamos nossas variedades de milho colorido. Não haveria mais milho roxo, negro, branco", disse. "Acima de tudo, estaríamos condenados a comprar sementes de empresas como a Monsanto. Não é sustentável. É um risco real para o bem-estar dessas comunidades".

Ao mesmo tempo, outros agricultores mexicanos no norte do país vêm cultivando sementes transgênicas contrabandeadas pela fronteira com os Estados Unidos há algum tempo, atraídos pela resistência das colheitas à seca e pestes e pelo rendimento maior. Tomas Lumpkin, diretor do Centro Internacional de Aperfeiçoamento do Milho e Trigo (CIMMYT, em espanhol), lançado por Borlaug no México, afirmou que o país atualmente importa cerca da metade do milho que consome. Com as mudanças climáticas e outras pressões, é crucial usar todas as ferramentas disponíveis para aumentar a produção, disse Lumpkin.

"Este é um mundo mais complexo e difícil do que o enfrentado por Borlaug, mas temos mais ferramentas eficazes do que tínhamos e precisamos começar a testá-las e usá-las", afirmou. "Os Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) são só mais um conjunto de ferramentas na caixa, mas precisamos estar aptos a usar essas ferramentas", disse Lumpkin. "Se pudermos usar essas variedades para que o agricultor no mundo em desenvolvimento tenha as mesmas sementes potentes que um agricultor no Iowa, então, por que deveriam ficar em desvantagem?"

A Monsanto lançou a primeira colheita modificada geneticamente em 1996 e agora os transgênicos são cultivados em países que vão da Austrália e Filipinas à África do Sul e Brasil. Até 85% da grande produção de milho americana é fruto de engenharia genética, assim como 91%, no caso da soja, e 88%, no do algodão, segundo os EUA.

Apesar de tão arraigadas como as colheitas transgênicas parecem estar, a reação contrária à tecnologia parece estar crescendo. A oposição às modificações genéticas das sementes é mais forte na Europa há bastante tempo. A União Europeia restringe o uso de sementes transgênicas em seu território, assim como as importações de produtos contendo alimentos derivados de modificações genéticas. Separadamente, países como a Alemanha baniram até sementes transgênicas que haviam sido autorizadas, como um tipo de milho resistente a insetos, o MON 810, desenvolvido pela Monsanto.

Agora, a resistência dos consumidores ao que os tablóides britânicos há muito apelidaram de "comida Frankenstein" também ganha força nos EUA. No sistema agrícola industrial da América do Norte, os consumidores que compram alimentos embalados nos supermercados provavelmente estão comendo produtos transgênicos sem nem mesmo saber, de acordo com o Centro pela Segurança Alimentar. O grupo, envolvido em uma batalha judicial bem-sucedida para impedir a introdução de uma alfafa criada por engenharia genética pela Monsanto, também sustenta que até 70% dos refrigerantes, das sopas, biscoitos e outros alimentos processados vendidos sob grandes marcas são derivados de transgênicos.

"Realmente não há análise sobre a saúde humana nas colheitas geneticamente modificadas", afirmou William Freese, analista de ciências do centro. "É um resultado

real da política que nosso governo introduziu, que é basicamente a presunção da inocência".

Uma bandeira para os ativistas contra os transgênicos é o hormônio de crescimento geneticamente modificado para vacas leiteiras, conhecido como rBGH. Lançado nos EUA em 1994, o rBGH é uma droga para ampliar a produção de leite depois que a vaca dá à luz. Foi desenvolvido pela Monsanto, mas vendido para a Eli Lilly.

A Health Care Without Harm, uma coalizão mundial de hospitais e outros grupos médicos, acredita que a droga é perigosa porque aumenta a probabilidade de infecções nas mamas das vacas, o que leva ao uso de mais antibióticos nos animais. Isso influencia o aumento na resistência a antibióticos nos humanos, argumenta. Outros críticos dizem que pode estar ligado a câncer em humanos, apesar da aprovação da Agência de Remédios e Alimentos (FDA) dos EUA. Os ativistas conseguiram convencer uma série de grandes nomes a rejeitar a droga, como os fabricantes de iogurte Yoplait e Danone, e pressionou a rede de cafés Starbucks a também opor-se ao rBGH.

Um porta-voz da Starbucks afirmou que toda a oferta principal de laticínios da empresa vem de fornecedores que não usam hormônios. "Nossos produtos principais, café e chá, não são transgênicos", disse o porta-voz, em comunicado. "Não temos planos para comprar café ou chá derivados de fontes geneticamente modificadas, nem agora nem futuramente."

Para os que buscam acabar com a fome mundial, em vez de apenas satisfazer consumidores ricos com vontade de tomar um cappuccino, a África apresenta os maiores desafios. A FAO informou em outubro que o mundo precisa investir US\$ 83 bilhões por ano em agricultura nos países em desenvolvimento para alimentar uma população estimada de 9,1 bilhões de pessoas em 2050. Para isso, são necessários investimentos públicos e privados em grande escala. A tendência, pelo lado público, no entanto é desencorajadora. A assistência oficial ao desenvolvimento agrícola despencou 58% em termos reais entre 1980 e 2005.

Ainda assim, é possível ver no Brasil resultados decorrentes de investimentos, sobretudo públicos, segundo estudo de caso sobre como a Revolução Verde transformou um país em desenvolvimento. Em poucas décadas, o Brasil deixou de ser um produtor de um punhado de culturas para tornar-se um dos maiores produtores mundiais, com o agronegócio movimentando cerca de R\$ 300 bilhões em vendas anuais.

O Brasil começou sua Revolução Verde nos anos 70, com a criação da Embrapa, a estatal de pesquisas agropecuárias, que resultou em mais diversificação e melhor produtividade das colheitas, assim como na expansão da terra cultivada. Todos os anos, a Embrapa mensura o retorno à sociedade das pesquisas em agricultura. Os dados mais recentes mostram que para cada dólar investido em pesquisa agrícola, há um retorno de US\$ 13,50.

Na crise de 2008, o medo da falta de alimentos semeou-se nos mercados de grãos - levando arroz e trigo a novos recordes e estimulando a estocagem e distúrbios populares - e serviu de alerta que especialistas esperam ver traduzido em investimentos sustentáveis.

Na fazenda de Oglio, na Itália, o agricultor diz que suas atividades podem ser conduzidas com um orçamento curto. Os 87 acres (35,2 hectares) que seus pais costumavam cultivar com técnicas tradicionais de agricultura estavam à beira da quebra há 20 anos. Com sua opção por métodos naturais, Oglio recuperou a fazenda e voltou a ter lucro. Mas essa é uma história bem europeia. Seus clientes, admite, estão dispostos a

pagar mais por seus produtos saudáveis, pois muitos deles são ambientalistas. Já os mais pobres do mundo - 1 bilhão de pessoas - podem não ter o luxo de poder escolher.

(Tradução de Sabino Ahumada)

Brasil e França unem esforços para o combate à fome mundial – Sítio Eletrônico do MDA - 16/11/2009

A Cúpula da FAO (organismo da ONU para alimentação e agricultura) foi aberta nesta segunda-feira (16), em Roma, com a presença de dezenas de líderes de países da América Latina, África e Ásia. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva discursou na abertura e cobrou mais recursos e mais envolvimento da comunidade internacional no combate à fome no mundo. O presidente fez um relato da experiência brasileira e afirmou que vontade e determinação política são imprescindíveis para acabar com o problema.

"Foram iniciativas políticas que permitiram ao Brasil retirar 20 milhões e 400 mil pessoas da pobreza e reduzir em 62% a desnutrição infantil, quebrando o ciclo perverso que perpetua a miséria e a desesperança. Alcançamos esses resultados criando uma forte rede de proteção social articulada com políticas de estímulo à agricultura familiar", salientou o presidente.

Programas brasileiros para o combate à fome, como o Bolsa-Família e a rede de políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Federal - por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) - para incentivar a agricultura familiar, despertaram o interesse de diversos países, incluindo os desenvolvidos.

Nesta segunda-feira (16), o ministro Guilherme Cassel, que integra a comitiva presidencial em Roma, reuniu-se com o ministro da Agricultura da França, Bruno Le Maire. Nos últimos meses, Brasil e França trabalharam juntos para reforçar a Cúpula de Segurança Alimentar para definir políticas públicas mundiais e ressaltar a importância da agricultura familiar no combate à fome.

Os dois países propuseram a criação de um grupo de alto nível para formular e acompanhar as estratégias para a garantia de segurança alimentar. O Comitê de Segurança Alimentar Mundial vai reunir países, organismos internacionais das Nações Unidas, organizações de agricultores e trabalhadores em geral.

Os ministros Cassel e Le Maire querem, ainda, definir um programa de trabalho para que, em dois anos, uma proposta de segurança alimentar mundial seja discutida e aprovada no Comitê de Segurança Alimentar. Essa proposta deverá contribuir para implementar os Princípios de Roma, definidos durante a Cúpula. Entre eles, estão o reforço do multilateralismo e o comprometimento financeiro estável para o combate à fome.

Pela proposta dos ministros, o plano de trabalho terá que discutir temas decisivos, como questões ambientais, volatilidade dos preços dos alimentos e apoio à agricultura familiar e à reforma agrária. O ministro Guilherme Cassel permanece em Roma até a

próxima quinta-feira (19), quando participa da abertura da 36ª Conferência da FAO como chefe da delegação brasileira.

Agricultura e alimentação - Guilherme Cassel e Bruno le Maire – Folha de São Paulo – Tendências e debates – 18/11/2009

UM ANO após a crise alimentar de 2008, 1 em cada 6 pessoas sofre com a fome e com a desnutrição. Não devemos esquecer que o planeta deverá alimentar 9 bilhões de habitantes em 2050 e que as mudanças climáticas e os riscos econômicos pesarão ainda mais sobre a renda dos produtores, particularmente da agricultura familiar, e sobre o abastecimento de países desenvolvidos e em desenvolvimento. Não devemos esquecer que a insegurança alimentar põe em perigo a independência dos países e fragiliza os nossos modos de vida. A segurança alimentar é um bem público mundial, e a agricultura, em especial a familiar, é um setor econômico de interesse social. Sabemos que as escolhas feitas no passado não poderão ser as respostas do futuro. Por isso, na Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar, em Roma, defendemos que a comunidade internacional estabeleça uma verdadeira política pública mundial da alimentação e de agricultura. O sucesso dessa política depende de novos investimentos financeiros para que a produção global de alimentos cresça 70% e abasteça o mundo inteiro em 2050. Para garantir esse investimento, diversos países, entre os quais o Brasil e a França, comprometeram-se a investir 22 bilhões de dólares em três anos. Mas não bastam novos investimentos. Esse novo compromisso só será eficaz se for coerente e coordenado. Essa é exatamente a ambição de uma Parceria Global para a Agricultura, a Segurança Alimentar e a Nutrição, idealizada em 2008 e que entra em uma nova etapa ao ser assumida por um fórum global das Nações Unidas. Criada a partir do Comitê de Segurança Alimentar da FAO, a Assembleia Mundial da Segurança Alimentar reunirá representantes dos países, da ONU e de Bretton Woods, associações profissionais e de camponeses, empresas e ONGs. Sua missão será coordenar as diversas posições, formular e legitimar estratégias comuns para a segurança alimentar no âmbito da economia, das finanças, do comércio e do meio ambiente. Seu desafio será o cumprimento dos compromissos assumidos e a coerência das ações internacionais. A voz dos países mais pobres e da sociedade civil se fortalece e o multilateralismo é consolidado.

Um passo importante foi dado na governança global, mas é apenas o início de um longo caminho. Propomos um plano de trabalho de dois anos a ser rapidamente discutido e aprovado pelo novo Comitê de Segurança Alimentar da FAO. Um plano a ser compartilhado por todos os atores, que consolida ações para uma alimentação sustentável, suficiente e saudável, para impulsionar revisões das políticas de segurança alimentar, favorecendo a integração regional e nacional, e para melhorar a eficácia e a coordenação do apoio financeiro. Um plano orientado para implementar os cinco princípios adotados na cúpula: liderança e responsabilidade nacionais; coordenação; atuação abrangente; reforço do

multilateralismo; e compromissos financeiros firmes e estáveis. De imediato, é preciso enfrentar três temas cruciais. Analisar as causas da volatilidade dos preços dos alimentos nos mercados mundiais e encontrar soluções, incluindo novos tipos de regulação para remediar e limitar seus efeitos, particularmente sobre a agricultura familiar.

Reconhecer a importância do desenvolvimento rural, das políticas integradas de apoio à produção e à segurança alimentar em países em desenvolvimento, da reforma agrária e do ordenamento territorial para fazer frente aos riscos da especulação e do investimento predatório.

Por fim, temos que dedicar um novo esforço coletivo à adaptação e à atenuação das mudanças climáticas, sobretudo no que diz respeito à pesquisa e ao intercâmbio, nos termos da posição comum do Brasil e da França. Queremos que a segurança alimentar saia fortalecida das negociações comerciais e das reformas das instituições internacionais, da FAO, do sistema financeiro e dos fóruns de pesquisa. Para isso, no âmbito da Aliança para a Mudança lançada pelos presidentes Lula e Sarkozy por uma melhor governança mundial, o Brasil e a França vão reforçar a cooperação bilateral.

A segurança alimentar não é um direito já conquistado. A agricultura, e em particular a familiar, é uma escolha estratégica, e a democratização do acesso à terra é crucial. Uma nova política alimentar e agrícola mundial é possível. França e Brasil comprometem-se a trabalhar com a comunidade internacional para torná-la realidade.

GUILHERME CASSEL é o ministro do Desenvolvimento Agrário do Brasil.
BRUNO LE MAIRE é o ministro da Alimentação, Agricultura e Pesca da França.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Cláudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

